

Representantes dos Estudantes no Conselho Geral
Declaração de voto

O Reitor da Universidade do Minho colocou à consideração do Conselho Geral uma proposta de fixação do valor de propinas para o ano letivo 2015/2016 no que diz respeito aos ciclos de estudos conducentes ao grau de mestre não organizados como sequência formativa de um 1.º ciclo e aos ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor.

Os representantes dos estudantes no Conselho Geral estão certamente conscientes dos problemas de subfinanciamento que condicionam as Instituições de Ensino Superior, e em particular, neste caso, a Universidade do Minho.

Sabemos a importância que as propinas têm no quadro de captação de receitas próprias da Universidade, essenciais de modo a assegurar o seu regular funcionamento, a qualidade do ensino ministrado e todos os serviços prestados aos estudantes.

No entanto, entendemos que numa fase de forte degradação das condições socioeconómicas das famílias portuguesas, as propinas praticadas pela Universidade do Minho assumem valores demasiado elevados, tendo como consequência uma diminuição dos incentivos para prosseguir uma formação superior, quando não o seu impedimento.

Ao longo dos anos temos vindo a constatar uma crescente degradação das condições de acesso e frequência no Ensino Superior, verificando que os custos a ele associados estão hoje altamente inflacionados relativamente aos rendimentos médios das famílias portuguesas, acentuando uma diminuição na procura destes ciclos de estudos, assumindo-se como um entrave ao aumento das qualificações da população portuguesa.

Os representantes dos estudantes reforçam a sua posição de princípio de que a preocupação que as Instituições de Ensino Superior devem ter com a



qualidade não pode estar dissociada de uma preocupação idêntica com a inclusão de estudantes provenientes de agregados familiares mais carenciados.

Reassumimos a nossa insatisfação pela falta de uniformização entre propinas do 1º ciclo e do 2º ciclo, sobretudo pela importância que a frequência do 2º ciclo tem nos dias de hoje na inserção no mercado de trabalho e na vida ativa. Dessa forma apelamos a que haja uma nova reflexão no que diz respeito a esta matéria.

Só dessa forma o Ensino Superior poderá continuar a ser um garante de mobilidade social no nosso país.

Algo que fica fortemente condicionado quando verificamos a insuficiência gritante do sistema de ação social ou os cortes indiscriminados a entidades que têm como função a atribuição de apoios, como a FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

Por fim, não podemos aceitar que os cursos de 2º ciclo com menos de 120 ECTS continuem a praticar valores de propinas semelhantes a estes. Entendemos que o seu valor deve ser revisto, bem como a data limite para entrega de relatórios de estágio, de trabalhos de projeto e de dissertações.

Por tudo isto, não podemos ser favoráveis a este valor de propina. Entendemos que dessa forma, corremos o risco de que estudantes competentes e empenhados fiquem de fora do Ensino Superior por razões financeiras, situação que representa uma grave injustiça e hipoteca o futuro do país.

Universidade do Minho, 9 de março de 2015

Os representantes dos estudantes no Conselho Geral,

Carlos Alberto Videira, Pedro Sanches, César Costa e Bruno Alcaide